

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA, SOBERANA E POPULAR

PROPOSTAS DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS PARA RESISTIR E VENCER

Diante da crise climática crescente e da importância da questão energética, apresentamos nossa análise e os compromissos com o povo brasileiro e os povos do mundo para uma **transição energética justa, soberana e popular**. Somos trabalhadores e trabalhadoras, da classe que trabalha e produz a riqueza da humanidade. Somos a Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia.

CONSIDERAMOS QUE ENTRAMOS NUMA NOVA ÉPOCA DA HISTÓRIA

Consideramos que para desvendar as reais causas da crise climática é preciso analisar o local reservado da produção, que hoje é baseada num sistema de exploração do trabalho, de produção de mercadorias, que visam a acumulação das riquezas na mão de poucos, com lucro privado e não para satisfação das necessidades das maiorias. Este modo de produção exclui, marginaliza e opõe a maioria da população.

Consideramos que é o capital financeiro quem domina e dirige o sistema no mundo capitalista.

Consideramos que há uma crise mundial, econômica, política, geopolítica, ambiental e cultural. Crise múltipla que aponta os limites e a brutalidade do modo de produção capitalista e sua incapacidade de oferecer à humanidade senão a piora das condições de vida do planeta. E a crise de 2008 sinalizou o ingresso em um novo período histórico.

Consideramos que o neoliberalismo redefiniu progressivamente os padrões de inserção da economia brasileira e de muitos países periféricos na divisão internacional do trabalho, desfavorecendo ainda mais os países e as populações mais pobres.

Consideramos que a política energética tem papel relevante neste momento histórico, e que a questão energética é parte importante da geopolítica e da disputa pelo poder e dominação em escala mundial.

Consideramos que em nossos territórios existem bases naturais de elevada potencialidade energética.

Consideramos que uma parcela importante da energia foi transferida para o controle privado dos bancos e fundos financeiros.

Consideramos que a privatização da energia contraria frontalmente os interesses populares e o cuidado ao meio ambiente.

Consideramos que os preços da energia elétrica, do gás de cozinha e combustíveis foram transformados em instrumento de rapinagem da riqueza nacional dos países periféricos e dos povos ou da classe trabalhadora em geral, principalmente com a entrega recente da Eletrobras, da BR Distribuidora, da Liquigás e de parte das refinarias da Petrobrás.

Consideramos os trabalhadores e trabalhadoras do setor energético, os atingidos pelos projetos e os pequenos consumidores de energia como vítimas deste sistema em geral e da privatização.

Consideramos que o crescimento mundial das forças fascistas é produto do capitalismo em crise, instrumento para sua preservação e uso da extrema violência contra a classe que trabalha.

Na esperança de uma vida melhor aos povos e ao planeta, surgem forças emergentes buscando construir um mundo diferente, talvez mais justo, democrático, civilizado e belo, entre as quais se destaca como potência a China.

NÃO HÁ SOLUÇÃO DE MERCADO PARA A CRISE CLIMÁTICA

O debate internacional e nacional atual sobre a crise climática, é dominado pela preocupação em reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) para conter o aquecimento global. Porém, no capitalismo, a crise climática é crescente. Os grandes problemas ambientais da nossa época são causa e consequência das relações de produção e circulação das mercadorias da sociedade burguesa, que tem como característica o rentismo, a produção destrutiva e as guerras.

O fracasso das conferências oficiais, hegemonizadas pela classe burguesa sobre mudanças climáticas, é evidente e se limita a buscar caminhos para transformar o meio ambiente em mais uma fronteira de acumulação e lucro, fundada no consumismo, no desperdício, na obsolescência programada das mercadorias, nas guerras e num crescimento incessante da apropriação, uso e destruição da base material da própria vida.

As chamadas “soluções de mercado”, tem como objetivo último alargar os negócios burgueses e arrastar a classe trabalhadora mundial para falsas ideias de resolução da crise.

Embora, fontes renováveis possam oferecer algumas vantagens, é sabido que não existe fonte de energia totalmente limpa e renovável.

NOSSAS PROPOSTAS PARA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA, SOBERANA E POPULAR

Uma **transição energética justa, soberana e popular** deve contemplar os interesses da imensa maioria da humanidade. Ou seja, da classe que trabalha e produz a riqueza, e o caminho para a vitória é o fortalecimento do trabalho de organização e luta das massas trabalhadoras em escala nacional e internacional.

A agenda da **Transição Energética** ainda está em disputa e resultará dos confrontos, trajetórias e motivações dos diferentes interesses envolvidos na luta entre as classes. E a tomada do poder do Estado pelos trabalhadores e trabalhadoras é fundamental nesta luta.

A nível global, uma **transição energética justa, soberana e popular**, somente será alcançada com uma redefinição da divisão internacional e sexual do trabalho e o fim da dominação das grandes corporações e do capital financeiro internacional, o que exigirá a superação do modo de produção capitalista.

Em escala nacional, uma **transição energética justa, soberana e popular** deve ser adaptada às características de nossa realidade, e será o resultado de uma redefinição radical dos termos de inserção de nossa economia periférica e dependente na divisão internacional do trabalho. Será condição e resultado da afirmação da soberania nacional e popular, expressa em soberania energética, soberania alimentar, soberania cultural e econômica em sentido amplo.

Trata-se de lutar e construir socialmente o entendimento de que **ENERGIA NÃO DEVE SER MERCADORIA, MAS UM BEM COMUM DO Povo**. Uma política energética guiada pela ótica da **“soberania, distribuição da riqueza e controle popular”**.

[1] **Membros da PLATAFORMA:** AEEL – Associação dos Empregados da Eletrobrás; CNE – Coletivo Nacional dos Eletricitários; CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; CNU – Confederação Nacional dos Urbanitários; CNM – Confederação Nacional dos Metalúrgicos; FTIUESP - Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo; FURCEN - Federação Regional dos Urbanitários Centro-Oeste; FISENGE - Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros; FNU - Federação Nacional dos Urbanitários; FRUNE - Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste; FSU - Federação Regional dos Urbanitários do Sul; FUP - Federação Única dos Petroleiros; Sindipetro AM; Sindipetro CE/PI; Sindipetro RN; Sindipetro PE; Sindipetro BA; Sindipetro MG; Sindipetro ES; Sindipetro Caxias; Sindipetro NF; Sindipetro Unificado SP; Sindipetro PR/SC; Sindipetro RS; SINTERN; INTERCEL; INTERSUL; Levante Popular da Juventude; MCP - Movimento Camponês Popular; MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens; MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores; PROIFES - Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico; SENGE/BA - Sindicato dos Engenheiros da Bahia; SENGE/PR - Sindicato dos Engenheiros do Paraná; SENGE/RJ - Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro; SINDIELETRO/MG; SINDUR/RO; SINERGIA/SC; SINERGIA/BA; STIU/DF.